



Município de
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acta nº. 04/2010

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE RESENDE, REALIZADA EM
11.06.2010**

LOCAL: -----

Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho. -----

CONSTITUIÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA: -----

PRESIDENTE: Maria Teresa Pais Duarte dos Santos (PS); -----

1º SECRETÁRIO: Joaquim da Conceição Sousa (PS); -----

2º SECRETÁRIO: Luís Manuel de Almeida Pinto (PS). -----

HORA DE ABERTURA: -----

Eram 16h20 quando a Senhora Presidente da Mesa deu início à sessão.-----

FALTAS E SUBSTITUIÇÕES: -----

A Presidente da Mesa comunicou ao Plenário as seguintes faltas e substituições: -----

O Presidente da Junta de Freguesia da Panchorra (PS) foi substituído pelo seu Tesoureiro António Francisco de Almeida (PS).-----

O Membro António Joaquim Almeida Correia (PSD), ausente por período inferior a 30 dias, foi substituído pelo Membro suplente Maria Manuela Peixoto de Almeida (PSD).-----

O Membro Andreia Marisa Sequeira Pinto Fontão Ferreira (PS), ausente por período inferior a 30 dias, foi substituído pelo Membro suplente Adão Francisco de Almeida Azevedo (PS).-----

O Membro Luís Manuel de Almeida Pinto (PS), ausente por período inferior a 30 dias, foi substituído pelo Membro suplente António Quintino Soares Carneiro (PS).-----

Faltaram os Presidentes das Juntas de Freguesia de Barrô (PS) e de São Martinho de Mouros (PS).

Faltou o Membro Rui Miguel de Viseu Botelho Cardoso (PSD).-----

A. PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”; -----

Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

Carmezim Pereira Oliveira – Referiu que reside em Vila Nova de Gaia mas que é natural do concelho de Resende. Nesta qualidade apelou aos Órgãos do Município para que se procedesse à recuperação da Ponte Romana que liga as freguesias de Ovadas e São Cipriano, ao aproveitamento dos Moinhos existentes e que se criasse uma zona de lazer no lado da freguesia de Ovadas, dignificando-se assim um património que é de todos. Apelou ainda à realização de intervenções numa



outra ponte existente no local, a qual, em tempo de chuva, fica praticamente intransitável e no tabuleiro da mini-hídrica tendo em vista o seu alargamento.-----

Alípio Patrício Resende Pereira – Disse que reside em São Cipriano e que nessa qualidade apelava à realização de uma intervenção na estrada de Lagares, a qual ficou bastante deteriorada após a execução da rede de saneamento em Outubro de 2009, situação que prejudica enormemente os residentes locais, na medida em que o trânsito automóvel se faz com grande dificuldade. Apelou ainda para que fossem efectuadas mais acções de limpeza na freguesia de São Cipriano.-----

Presidente da Câmara Municipal – A estas preocupações respondeu resumidamente dizendo que as acções de limpeza das vias municipais começaram há pouco tempo em todo o concelho, incluindo-se aqui já uma parte da freguesia de São Cipriano, mas que como será compreensível não é possível limpar em todo o lado ao mesmo tempo; Que a reposição de pavimentos após a execução das redes de água e saneamento já se iniciou e que aquela zona de São Cipriano será também contemplada a seu tempo; Que as questões colocadas relativamente ao Vale do Cabrum merecem também a atenção da Câmara Municipal, tendo já sido executadas algumas infra-estruturas como é o caso do Parque da Ponte da Lagariça e que a seu tempo outras serão igualmente executadas; Que o alargamento do tabuleiro da mini-hídrica é uma questão muito complexa do ponto de vista técnico e, portanto, de difícil resolução. Finalizou dando nota que terá em consideração todas as questões abordadas em ambas as intervenções.-----

B. PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”: -----

B.1. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR; -----

A Presidente da Mesa solicitou a concordância do Plenário para a dispensa da leitura das actas das Sessões realizadas em 19 e em 25 de Abril de 2010, uma vez que as mesmas foram distribuídas a todos os membros com antecedência, a qual foi concedida.-----

Seguidamente foram as referidas actas colocadas à discussão e sujeitas a votação, tendo sido aprovadas por maioria (2 abstenções dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Anreade – PS e de São João de Fontoura – PSJF).-----

B.2. LEITURA RESUMIDA DE EXPEDIENTE E PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES OU ESCLARECIMENTOS; -----

Não se verificaram quaisquer intervenções; -----

B.3. VOTOS, RECOMENDAÇÕES E MOÇÕES E RESPECTIVA VOTAÇÃO; -----

Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO;-----

Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD) – Apresentou a seguinte proposta de recomendação, relativa à convocatória para a presente sessão da Assembleia Municipal:-----



“A convocatória aos membros desta Assembleia para esta sessão ordinária, não cumpriu o período de oito dias de antecedência mínima, de acordo com o estabelecido no n.º 1 do Artigo 14.º do regimento deste órgão e consubstanciado pela Lei 169/99 com a nova redacção conferida pela Lei 5-A/2002, uma vez que apenas a publicitação do Edital obedeceu a esse prazo legal. O segundo meio concomitante previsto, o aviso por carta registada com aviso de recepção (a prática tem dispensado o registo e aviso de recepção do ofício) não consumou o prazo mínimo referido, tendo alguns dos membros apenas recebido a respectiva convocatória pelo correio, no início desta semana. Esta interpretação de incumprimento legal e os consequentes constrangimentos de agenda (que, diga-se, têm sido salvaguardados nas convocatórias anteriores deste mandato) foram desde logo comunicados ao secretariado de apoio, ao mesmo tempo que manifestamos a intenção, de apesar do ocorrido, estar presente nesta sessão. No âmbito dessa comunicação e troca de impressões com o Sr. Chefe da Divisão Administrativa e de Serviços, Dr. António Pinto, e é este acima de tudo o propósito desta intervenção, levanta-se, no nosso entender, o enquadramento e validade legal da comunicação por correio electrónico que advém da plataforma web da Assembleia Municipal de Resende, e que funciona essencialmente como um instrumento facilitador de acesso à informação. A propósito deste assunto, recordemo-nos, que na primeira sessão ordinária deste órgão realizada a 30 de Novembro de 2009, o Grupo Municipal do PSD apresentou uma proposta de Mudança do Regimento deste órgão (chumbada pela maioria), onde, para além de outros aspectos prevíamos também a colmatação desta lacuna regulamentar. Pelo que reincidimos na necessidade de alteração e actualização ao documento regulador do funcionamento deste órgão, mediante a constituição de comissão para o efeito de acordo com o artigo 43º do RAMR.”-----

Colocada a proposta a votação, **foi a mesma reprovada por maioria (25 votos contra do PS).**----

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal – Deu conta ao plenário que de acordo com a legislação que regula a Modernização Administrativa a comunicação por via electrónica tem a mesma validade que a comunicação em suporte de papel e que inclusivamente a Câmara Municipal já tinha adoptado este meio de comunicação para as convocatórias e envio de documentação relativas às suas reuniões.-----

Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD) – Disse que a sua bancada iria aferir a informação agora prestada e que, oportunamente, iria apresentar uma proposta de alteração ao Regimento tendo em vista, entre outras, regulamentar esta questão.-----

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal – No seguimento da sua anterior intervenção e após consultar o Chefe da Divisão Administrativa e de Serviços Urbanos, anunciou que a mesa apresentava e colocava a votação a seguinte proposta de alteração ao Regimento: “O nº1 do artigo 14º passa a ter a seguinte redacção: Os membros da Assembleia são convocados para as sessões ordinárias por edital e por carta registada com aviso de recepção, ou através de protocolo ou de correio electrónico, as quais lhes devem ser dirigidas com a antecedência mínima de oito dias.”-----

Colocada a proposta a votação, **foi a mesma aprovada por maioria (8 abstenções do PSD).**-----

Declaração de Voto – O líder da bancada do PPD/PSD referiu que a sua bancada se absteve



nesta votação pelo facto de não se sentir preparado e necessitar de aferir toda a situação, independentemente da validade e respeito que lhe merece a posição do Chefe da DASU.-----

RECOMENDAÇÃO;-----

Manuel Bernardo Joaquim (PPD/PSD) – Apresentou a seguinte recomendação, relativa a Praias Fluviais:-----

“As envolventes às Pontes da Lagariça e da Panchorra, são, devido ao seu enquadramento paisagístico natural de elevada qualidade e da sua relação com os cursos de água, desde há muito tempo espontaneamente procuradas nos meses mais quentes, para local de banhos e merendas. As intervenções promovidas pelo Município dotaram os espaços de equipamentos de apoio e funcionalidades que, as aproximam claramente do conceito de “praias fluviais”, sendo mesmo assumidas como tal pelos seus visitantes e utilizadores, embora não estejam classificadas como tal. As praias fluviais são muito mais perigosas para os banhistas que as da costa, por esconderem perigos muitas vezes desconhecidos. Um ciclo Inverno/Verão pode alterar significativamente as características dos leitos, dissimulando perigos até então inexistentes. A classificação de uma praia fluvial ou área balnear interior incide essencialmente sobre dois factores: garantir as condições de segurança dos utentes ou banhistas e da qualidade da água. Legalmente, nada obriga o Município a proceder à homologação dos dois locais referidos, até porque poderá deparar-se com alguns constrangimentos, mas, por razões óbvias, será de todo o bom senso que o executivo pondere o procedimento, pelo que se sugere que junto das autoridades competentes, nomeadamente a Administração Regional Hidrográfica, avalie o processo de classificação.”-----

RECOMENDAÇÃO;-----

Manuel Bernardo Joaquim (PPD/PSD) – Apresentou a seguinte recomendação, relativa ao projecto designado por Fórum de Resende e Espaços Adjacentes:-----

“Na sessão ordinária deste órgão realizada a 19 de Abril, o Grupo Municipal do PSD solicitou ao executivo, pelas razões colocadas e que, por se manterem pertinentes, nos escusamos novamente de as reafirmar, que fosse apresentado e colocado à participação pública o projecto designado por “Fórum de Resende e Espaços Adjacentes”. A essa recomendação, a Câmara Municipal respondeu com o silêncio, reflexo da tendência manifestada na discussão, onde se escudou inicialmente num pseudo-conceito formal para sustentar que a isso (discussão pública / participação pública) não estava obrigada, para depois de desmontado todo esse argumento, refugiar-se na legitimidade da maioria para querer conduzir, sem mais satisfações, o processo. Passaram mais de dois meses, desde a primeira solicitação feita pelos Srs. Vereadores eleitos pelo PSD, sem que fosse dada qualquer resposta à mesma, num claro desrespeito pelo anseio de uma facção que representa os seus eleitores e sobretudo, colocando uma população à margem de uma intervenção com este tipo de impacto na nossa sede do concelho. Pelo que, reiteradamente, queremos ver hoje, aqui, clarificada a posição do Executivo em relação a esta matéria, com a resposta inequívoca as seguintes questões: Quais são os termos de referência que estiveram na base do projecto; Qual o programa definido e quem o definiu; Quais as alterações funcionais; Qual o valor orçamental estimado para a globalidade



da intervenção; Para quando a apresentação pública. Assumimos e reafirmamos que perante a manutenção do silêncio do Executivo, o Grupo Municipal do PSD, não se inibirá, nos meios que estão ao seu alcance e que decorrem do conjunto de direitos e competências inerentes, em consonância com a obrigatoriedade ética que assumiu com os seus eleitores, de concluir e de o transmitir sobre os intuitos desta posição.”-----

Presidente da Câmara Municipal – Respondeu que se trata de um assunto da competência do órgão executivo, onde foi objecto de discussão e aprovação e que se porventura qualquer membro da Assembleia Municipal pretender esclarecimentos adicionais sobre o mesmo, bastará dirigir-se ao Chefe da Divisão Administrativa e de Serviços Urbanos, Dr. António Pinto, que disponibilizará de imediato todo o processo e a respectiva tramitação, a qual aliás ainda não está concluída. -----

Manuel Bernardo Joaquim (PPD/PSD) – Afirmou que já teve oportunidade de ver o projecto e que já o conhece, reconhecendo que de facto é necessário intervir naquele espaço, mas que no entanto, atendendo à importância da obra – pelas razões já anteriormente aduzidas – entende que é necessário dar a conhecer a toda a população aquilo que se pretende fazer. Concluiu dizendo que continua a não entender nem a vislumbrar qualquer argumento válido que possa obstar à apresentação pública deste projecto.-----

MOÇÃO;-----

Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD) – Apresentou a seguinte moção, relativa ao Plano Municipal de Contenção e de Combate à Crise:-----

“O Plano de Estabilidade e Crescimento, na sua segunda versão, aprovado anteontem na Assembleia da República, traduz-se num conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental que visam reforçar e acelerar a redução de défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública, e terá uma implicação directa no quotidiano das nossas famílias e empresas. O aumento da carga fiscal, o congelamento de salários, o aumento da precariedade laboral e a dificuldade de contracção de empréstimos para investimentos, são apenas alguns dos factores determinantes no nosso já reduzido poder de compra. Acrescendo a esta situação conjuntural e que atinge transversalmente a população, junta-se no nosso caso concelhio um factor de carácter estrutural: Resende, de acordo com os últimos dados de Instituto Nacional de Estatística, apresenta números de desemprego cada vez mais preocupantes, colocando o concelho na 6.ª posição a nível nacional com uma taxa de 18,8 % que quase duplica a já alta média nacional, que se fixa, segundo os últimos dados oficiais em 10,1% (número do último trimestre de 2009, que entretanto já sofreram uma evolução negativa). O desemprego conduz à conflitualidade social e exclusão, situações de pobreza e mesmo criminalidade. Aumentam assim ainda mais os problemas sociais, com o crescente número de famílias carenciadas que têm como único recurso para a sua subsistência, os mecanismos de subvenções sociais do Estado, em particular, o Rendimento Social de Inserção, que contornam a circunstancialidade, mas com os efeitos perversos já tipificados. A “crise”, palavra que não sairá tão cedo do nosso vocabulário, todos a sentem e das autarquias, a sociedade espera um papel empreendedor e dinâmico que, em muito, completam e revigoram as medidas do Estado. Esta



Assembleia deliberou já no início deste ano unanimemente, no que respeita à tributação municipal, apenas sobre a redução da taxa variável de IRS, deixando de fora as propostas de revisão em baixa apresentadas por esta bancada relativas ao IMI e Derrama, que contribuiriam para a minimização dos efeitos da crise junto da população. Também o executivo por unanimidade, decidiu não aumentar os preços dos serviços de fornecimento de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos. Mas entretanto “*o mundo mudou...*”. E o actual cenário, previsível por muitos já na altura, exige a tomada de medidas suplementares e de fundo, que acompanhem proporcionalmente a dificuldade sentida pelas nossas pessoas e pelas nossas empresas. Assim, o Grupo Municipal do PSD numa lógica de interesse supra-partidário, coadunável com a situação grave em que vivemos, e num princípio de convergência de esforços que visa acima de tudo ajudar a nossa população a ultrapassar este momento difícil, apresenta a esta Assembleia para escrutínio um conjunto de medidas agrupadas num “**Plano Municipal de Contenção e de Combate a Crise**”, que pelo seu âmbito consensual, espera o apoio universal deste órgão e que o mesmo possa ser atendido pelo executivo. Este Plano assenta em 10 medidas de apoio que incidem em três vertentes principais: Famílias, Empresas e Contenção Orçamental, resumidas de seguida: **Medidas de Apoio Social: Medida 1 – Participação na Aquisição de Medicamentos:** Apoio de 50% na parte não participada pelo Ministério da Saúde em todos os medicamentos para reformados cujo rendimento seja inferior a 70% da Remuneração Mínima Mensal (de 315 € por mês) para um limite máximo por munícipe de € 100 por ano. **Medida 2 – Redução de Mensalidades:** Extensão da gratuidade das refeições dos alunos do pré-escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico aos Escalões B e C. **Medida 3 – Oferta de Manuais Escolares:** Fornecimento gratuito dos manuais escolares a todos os alunos do 1.º ciclo do ensino básico, que, veriam a participação total da autarquia, mediante a aquisição dos mesmos nos revendedores locais. **Medida 4 – Redução e Isenção de Taxas Municipais:** Isentar os casais jovens até 35 anos de idade do pagamento de taxa de licenciamento urbanístico para a construção de habitação própria; e redução em 50 % da mesma taxa sem limite de idade quando a intervenção tem por objectivo a reabilitação e recuperação de imóveis. **Medida 5 – Criação do Cartão Social Municipal:** Destinado a conferir aos respectivos titulares, de acordo com escalonamento próprio, o direito à isenção parcial do pagamento das tarifas e taxas devidas na aquisição de serviços legalmente fornecidos pelo Município, à concessão de apoios específicos no respeitante a melhorias habitacionais e na área da saúde. **Medidas de Estímulo ao Investimento e de Criação e Manutenção de Emprego: Medida 6 – Implementação do programa de apoio FINICIA:** Trata-se de, à semelhança do que já acontece em cerca de 90 município portugueses, de uma proposta de constituição, em parceria com o IAPMEI, a GARNORTE, a CMR e uma Entidade Bancária, de um fundo de apoio às micro e pequenas empresas em constituição ou expansão no valor de 500.000,00 €, que visa o financiamento de projectos até ao limite máximo de 45.000,00 € (até 100% do projecto) com taxas de juro parciais bonificadas e isentas. Segundo esta modalidade de apoio, a banca financia 80% enquanto que o Município financiará 20%. Como medida de incentivo suplementar e de prémio



ao empreendedorismo a criação de 3 postos de trabalho poderá transformar 50% do financiamento municipal em fundo perdido enquanto que a criação de 5 postos de trabalho, 100% do financiamento poderá ser a fundo perdido. **Medida 7 – Redução e Isenção de Taxas:** Redução ou isenção de taxas de edificação (de acordo com o número de postos de trabalho criados) para a instalação das empresas. **20.000,00 €;** **Medida 8 – Pagamentos na Hora:** Redução do prazo médio de pagamentos a fornecedores e empreiteiros para cerca de metade do prazo actual, passando para um máximo de 45 dias. Esta medida permite assim injectar liquidez no mercado. **Medida 9 – Redução de Tributação Municipal:** Os prédios que ainda não foram avaliados na vigência do CIMI poderão manter uma taxa de 0,5% e os prédios avaliados nessa sede poderão fixar-se numa taxa de 0,3%. e do Imposto sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis adquiridos para o exercício da sua actividade. Nesta medida inclui-se ainda a isenção de derrama para sujeitos passivos que apresentem volume de negócios inferior a € 150.000,00. Esta medida a vigorar a partir de 2011. **Medida 10 – Apoio às Empresas de Construção Civil:** Grande parte da actividade económica concelhia assenta nas empresas locais de construção civil que afectam directa e indirectamente uma percentagem considerável da população activa. Este sector, tem sido um dos mais penalizados pela actual conjuntura de crise, pelo que esta medida propõe, que nos termos legais, se recorra preferencialmente as empresas locais nas obras promovidas pelo Município e através de protocolo se crie um programa de reparações e avarias nas habitações onde residem pessoas em situação de carência comprovadas. Desta forma, o Município contribui para a continuação normal da sua actividade e a manutenção dos respectivos postos de trabalho. Algumas destas medidas, resultam numa perda de receita para os cofres da Autarquia, daí, para reforçar a viabilidade deste plano de apoio, a componente de Contenção que o integra e que se resume em linhas gerais nas seguintes medidas: **Medidas de Contenção:** 1- Revisão dos processos de investimento público; 2- Reavaliação das opções dos projectos em curso com vista à construção de equipamentos; 3- Redução dos valores destinados à elaboração de planos e projectos conforme está consagrado nas Grandes Opções do Plano; 4- Estabelecer tectos orçamentais dos montantes não comparticipáveis, nas intervenções programadas ao abrigo de co-financiamento do QREN; 5- Formulação de critérios quantitativos objectivos para a atribuição de apoios e subsídios às actividades de interesse municipal; 6- Redução de custos com as actividades culturais, de animação e desportivas de carácter regular e o cancelamento de outras do mesmo tipo de actividades consideradas não regulares e prioritárias; 7- Redução de custos com materiais de divulgação comunicação e imagem. Com este exercício de contenção, a autarquia poderá diminuir a despesa de funcionamento e de investimento no equivalente ao gasto que as medidas de apoio anteriormente descritas consumiriam. Estas medidas para além permitem um ajustamento à nova realidade, dão um sinal claro à comunidade local de que todos somos solidários com a situação actual. Para além da apresentação deste programa e com a aprovação do mesmo, o Grupo Municipal do PSD coloca-se totalmente disponível para trabalhar na sua implementação. Conforme disse ontem o Sr. Presidente da República, nas comemorações no dia



de Portugal, acompanhado neste teor pelo Sr. Primeiro-ministro: é preciso *"juntar esforços em torno daquilo que é verdadeiramente essencial (...) o essencial são os problemas concretos dos portugueses"*, não *"as querelas políticas (...) que nos possam distrair do essencial"*.-----

Luís Filipe Dias Gonçalves Guimarães (PS) – Sobre esta Moção disse tratar-se de um plano demagógico e que por outro lado, sendo um conjunto de medidas cuja competência para as tomar pertence ao órgão executivo, será em sede de reunião de câmara – onde o PSD tem dois Vereadores – que estas propostas têm de ser apresentadas. Este tipo de propostas têm implicações directas no orçamento do município pelo que não se pode pretender governar a câmara a partir da Assembleia Municipal. Por último acrescentou que este tipo de propostas, que pressupõem uma análise cuidada e ponderada por parte do plenário, não deverá ser apresentado no período de “antes da ordem do dia”, mas serem sim agendadas nos termos legais aplicáveis para o período da “ordem do dia”.-----

Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD) – Esclareceu que se trata de um plano que visa a melhoria da qualidade de vida dos Resendenses durante um período de crise, refutando que as mesmas sejam demagógicas e que não tem a mínima dúvida de que a câmara acabará por adoptar algumas das medidas nele previstas. A proposta foi devidamente ponderada antes de ser apresentada, tendo sido quantificados todos os valores respeitantes a cada uma das medidas. Por último refutou aquilo a que chama uma visão redutora do papel que cabe aos grupos municipais com assento no plenário, limitando-os à simples acção de levantar ou não a mão em relação às propostas apresentadas e referiu que a sua bancada não se inibirá até ao fim do mandato de apresentar propostas que considera viáveis e um contributo para a melhoria de vida dos Resendenses.-----

Presidente da Câmara Municipal – Disse que não percebia muito bem esta preocupação de se tentar fazer “PEC's” para Resende porque o município, em relação à estratégia que tem e ao seu estado financeiro, tem condições para enfrentar com alguma tranquilidade este período de crise que se vive. Isto apesar do esforço de consolidação orçamental que é exigido aos municípios e sem prejuízo de no futuro se virem a adoptar medidas que se revelem necessárias em face da evolução da situação actual. Considera que neste momento é pura especulação estarmos a apresentar a ideia de que precisamos de um “PEC” para as finanças do município, lembrando, por exemplo, que em matéria fiscal o município adoptou uma política de desagravamento, o que de certo modo atenua o aumento da carga fiscal anunciada pelo governo e que obteve o acordo do PSD. Quanto às propostas em concreto e que constam do plano apresentado disse também que as considera demagógicas.-----

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal – Interveio neste ponto da ordem dos trabalhos para comunicar ao plenário que a sessão tem de ser conduzida em obediência ao que dispõe o Regimento, nomeadamente no que diz respeito aos tempos e regras para usar da palavra, recordando que todos os períodos têm um tempo máximo de duração e não permitindo qualquer outra intervenção relativa ao assunto em discussão.-----

Colocada a moção a votação, **foi a mesma reprovada por maioria (25 votos contra do PS)**.-----

B.4. ASSUNTOS DE INTERESSE PARA AS FREGUESIAS; -----



Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

Manuel Jorge Barbosa Cardoso (Presidente da Junta de Freguesia de Freigil – PS) – Manifestou o seu agrado em relação à forma como a Câmara Municipal tem vindo a executar os serviços de asfaltagem da estrada em Freigil, considerando que a mesma no fim dos trabalhos terá a qualidade que todos desejam. Solicitou ainda que a Câmara Municipal tivesse em especial atenção a sinalização a colocar em alguns pontos do traçado que considera perigosos para a circulação.-----

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal – Comunicou ao plenário que se encontrava esgotado o tempo regulamentar para o período de “antes da ordem do dia”, que é de 60 minutos nos termos do disposto no nº 2 do artigo 17º do Regimento.-----

Voto de Protesto – O líder da bancada do PPD/PSD manifestou perante a mesa e o plenário o seu desagrado pela prática adoptada pela Senhora Presidente da Mesa nesta 4ª sessão da Assembleia, apelidando-a de vergonhosa e considerando um acto intolerável em democracia o uso de procedimentos regimentais para limitar a palavra aos membros do seu grupo municipal.-----

B.5. ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO; -----

Não se verificaram quaisquer intervenções; -----

C. PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”: -----

C.1. APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, A QUE SE REFERE A ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES QUE LHE FORAM INTRODUZIDAS PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO; -----

Foi presente a informação referida em epígrafe, que, nos termos da lei, foi enviada a todos os membros da Assembleia com a devida antecedência. -----

Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

Jorge Cardoso Machado (PS) – Proferiu a seguinte intervenção, relativa ao Festival da Cereja – 2010: “O progresso de um povo está sempre pendente de múltiplos factores, entre os quais se destacam: Os recursos naturais, a criatividade, a perspicácia, a sensibilidade e o bom senso não só de quem governa esse povo, mas também de todos os actores envolvidos nessa nobre missão de estimular o bem-estar através de actos positivos tais como: o incremento de dinâmicas direccionadas no sentido de que as dádivas da natureza sejam exploradas e transformadas em riqueza e consequentemente na paz social de uma região. Esta introdução vai obviamente de encontro ao espírito que tem envolvido os nossos Festivais da Cereja. No passado dia 30 de Maio a nossa Vila foi de novo invadida por mais um banho de multidão entusiástica em busca do nosso recurso natural – a bela e apetitosa cereja de Resende – Em dia e meio, eis que ficamos sem muitas toneladas daquilo a quem já apelidei em termos financeiros de “o petróleo da nossa terra”. Vendido que foi o último “barril”, podia ler-se na cara dos produtores/vendedores uma enorme satisfação, por terem mais uma



vez escoado todo o seu produto. Mas atenção: também era patente no seu olhar, uma expressão de agradecimento a toda a equipa que compõe o Partido Socialista local, pois eles sabem muito bem que foi graças à imaginação, ao dinamismo e à perspicácia dos seus estrategas, que os levou a instituírem este festival e a partir daí, a nossa cereja passou não só a ser muito mais procurada mas também a levar bem longe o nome da nossa terra, sendo hoje uma das nossas principais embaixatrizes. Aproveito o ensejo para sugerir ao senhor Presidente da Câmara que em virtude do crescente sucesso que se tem verificado de ano para ano, que o Festival preencha dois dias completos – o Sábado e o Domingo. Para finalizar, permitam-me que endereça os parabéns à Organização, aos Professores envolvidos e um sublinhado muito especial às nossas crianças que debaixo de um calor extenuante, emprestaram a sua beleza aos também belos carros alegóricos muito apreciados pela multidão que se estendeu ao longo das nossas ruas não se cansando de disparar o seu flash fotográfico exprimindo também um sentimento de sucesso que será repetível certamente nos anos que hão-de vir.”-----

Fátima Maria da Rocha Soares de Matos (PS) – proferiu a seguinte intervenção relativamente ao reordenamento da rede escolar no concelho de Resende:-----

“Quando há aproximadamente 9 anos o Eng^o António Borges foi eleito para esta autarquia, manifestou de entre outras preocupações uma que no meu entender é fundamental: a preocupação com a educação. O investimento na educação não se vê de imediato, mas ao logo do tempo vão-se verificando consequências. Assim, conjugando políticas governamentais e locais, é possível reverter algumas situações, implementando medidas que melhorando as condições económicas, sociais e familiares de alguns agregados e ao mesmo tempo criando espaços físicos dignos, que permitem aos docentes e a todo o pessoal que trabalha nos Centros Escolares continuar a desenvolver o seu trabalho com maior eficácia. Como disse, desde o início do seu 1^o mandato, o Presidente desta autarquia e a sua equipa preocuparam-se com este sector, designadamente fazendo aprovar a carta educativa em Outubro de 2006 – o único instrumento legal de planeamento neste domínio – em que ficou definido com clareza de que forma se iriam agrupar as várias escolas do 1^o Ciclo e do Pré-Escolar, apresentando e fazendo aprovar projectos credíveis para a construção dos Centros Escolares. O primeiro, em São Martinho de Mouros, onde se concentraram os alunos de 4 freguesias (Barrô, Paus, São João de Fontoura e São Martinho de Mouros) provenientes de 14 Escolas e 4 Jardins de Infância, tendo-lhes sido garantido o transporte escolar devidamente acompanhado, o almoço, as actividades de enriquecimento curricular e o acompanhamento no prolongamento do horário nos Jardins de Infância. Agora, já a partir de Setembro de 2010, o de Resende que agrupará as crianças de 10 Escolas do 1^o Ciclo e de 6 Jardins de Infância das freguesias de Anreade, Cárquere, Felgueiras, Miomães e Resende. Para além do investimento no 1^o Ciclo, também nos restantes níveis de ensino Básico e Secundário, a autarquia se empenhou para que se concretizassem as obras de reconstrução das Escolas Secundária e de renovação da Escola do 2^o Ciclo do Ensino Básico. As escolas têm que oferecer aos alunos e docentes as mesmas condições do mundo actual, caso contrário os alunos para quem o computador, a internet e as consolas permitem



um nível de conhecimento extraordinário do mundo, olharão para as suas escolas como elas ainda se encontrassem no século XIX. Sei que foi e é política desta autarquia, o não encerramento das escolas só porque há um diminuto número de alunos que justifiquem esta medida, que é correcta, mas só depois de serem criadas antecipadamente melhores condições na escola de recepção – é o que tem sido aqui feito. Sabemos que as escolas sem condições físicas dignas, onde um só professor se divide por 3 ou 4 anos de escolaridade e que para os alunos terem actividades de enriquecimento curricular têm de se descolar pelos menos 2 vezes por semana, não são escolas de sucesso e não criam elas também condições de igualdade aos alunos, aliás os números demonstravam que estas escolas – algumas com 5 ou 6 alunos, tinham um elevado número de retenções. Pretendo com tudo isto dizer que sendo de máxima importância o trabalho dos docentes e de outros técnicos, assim como o empenho dos pais, para haver sucesso, compete às autarquias assumir as suas responsabilidades, pois é responsável também por conseguir que os cidadãos se tornem mais cultos, interessados e empenhados. É preciso reafirmar que durante praticamente 30 anos o 1º Ciclo esteve abandonado no que concerne às estruturas físicas e ao reordenamento da rede escolar e que só com este governo se iniciaram reformas estruturantes. Tenho pois orgulho pelo trabalho que o Presidente desta Câmara e a sua equipa desenvolveram (em parceria com as escolas) a este nível, pois sou professora e esta foi sempre a minha preocupação. E agora fica a pergunta: para quando o Centro Escolar de São Cipriano? Pois há necessidade urgente de criar as mesmas condições às crianças de Ovadas, Panchorra, Freigil, São Romão e São Cipriano.”.-----

Foi tomado conhecimento. -----

C.2. FUNDAÇÃO PADRE ANTÓNIO VIEIRA – CONVITE PARA INTEGRAR O CONSELHO CONSULTIVO;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetida pelo executivo camarário, uma comunicação a convidar o Município para integrar o Conselho Consultivo da Fundação. -----

Não se verificaram quaisquer intervenções; -----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----

C.3. PERCENTAGEM DE REPARTIÇÃO DO FEF EM RECEITA CORRENTE E DE CAPITAL;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetida pelo executivo camarário, uma informação do Chefe da DGFSI, Dr. Jorge Sala, referente à percentagem de repartição do FEF em receita corrente e de capital.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções; -----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por maioria (8 abstenções do PSD), aprovar.**-----

C.4. REVISÃO ORÇAMENTAL – UTILIZAÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA DE 2009; -----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetida pelo executivo camarário,



uma informação do Chefe da DGFSI, Dr. Jorge Sala, referente à utilização do saldo da gerência do ano de 2009. -----

Não se verificaram quaisquer intervenções; -----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por maioria (8 abstenções do PSD), aprovar.**-----

C.5. ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL E PARECER;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetida pelo executivo camarário, uma proposta de Alteração ao mapa de Pessoal e de Parecer.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD) – Referiu que via com bons olhos esta alteração ao Mapa de Pessoal, até porque pode conduzir à admissão de funcionários e acabar com o regime de precariedade laboral existente sem qualquer aumento de despesa como é referido na proposta e solicitou esclarecimentos adicionais relativamente à fundamentação da mesma e ao normativo legal que a suporta.-----

Presidente da Câmara Municipal – Remeteu toda a fundamentação para o texto da própria proposta e esclareceu que este assunto já vem a ser tratado desde o ano anterior e que, de facto, está a ser submetido a decisão da Assembleia por força das alterações legislativas entretanto verificadas (mormente a Lei do Orçamento de Estado para 2010) e que se projectam no futuro. O que está aqui em causa é o parecer vinculativo do órgão deliberativo – que tem de existir em face do normativo legal existente à data.-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----

Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a sessão, eram 18h30, tendo sido aprovados em minuta todos os assuntos remetidos pela Câmara Municipal a esta sessão da Assembleia. -----

E eu, _____, Chefe da Divisão Administrativa e de Serviços Urbanos, a redigi e subscrevo. -----

Maria Teresa Pais Duarte dos Santos
Presidente da Assembleia Municipal

António Manuel de Almeida Pinto
Chefe da DASU